

Diário da Assembléia

Nº. 2.433/2.434

CURITIBA, 6 e 7 DE ABRIL DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDI SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MAIUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIER GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SÍLVIO BARROS
TÚLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olívio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barros

Secretário: Maria Amélia Cesar Cercal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Elói Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Agnaldo Pereira Lima

Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Sílvio Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Agnaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Carmem Aparecida Frezzone
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Agnaldo Pereira Lima

Suplentes:
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto
Reuniões: Terças e Sexta-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff
M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Gilberto Felix da Silva
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo
M.D.B.: Seme Scaff

Suplentes:
ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes
M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros
Secretário: Ney Rodrigues
Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Agnaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas
Suplentes:
ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:
ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Gilberto Felix da Silva
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 1.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Carlos Franzoni e Roberto Galvani.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Matos, João Aroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Ernildo Carrazzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacif, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Roberto Galvani, Silvio Barros, Tálho Vargas e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arnadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Eurico Rossas, Olavo Ferreira, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Wypych e Seme Scalf (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

Sob o n.º 12-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º

176-89. Do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que cria uma Circunscrição de Trânsito na cidade de Foz do Iguaçu, com jurisdição no município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.074: — Agradeça-se.

Sob o n.º 11, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Antônio Lopes Júnior: — Ao conhecimento do sr. Deputado Interessado.

Sob o n.º 10-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Olívio Belich: — Ao conhecimento do sr. Deputado Interessado.

Sob o n.º 13-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa o recebimento do ofício 63-70, pelo qual foi encaminhado cópia autêntica de requerimento do senhor deputado Nelson Buffara, comunicando que o expediente foi encaminhado ao órgão competente para as medidas cabíveis: — Ao conhecimento do sr. Deputado Interessado.

Da companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, comunicando que a Usina Termoeletrica de Figueira S/A — UTEIPA, foi incorporada pela COPEL, conforme decisão da Assembleia Extraordinária daquela Comunidade: — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Da Superintendência do Ensino Superior, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, convidando a Presidência deste Poder Legislativo para as festividades de instalação sobre aquela Faculdade, criada pela Lei Estadual n.º 5.804, de 15 de julho de 1968: — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n.º 80-70, do senhor Edgard Dantas Pimentel, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando haverem sido eleitos os senhores João Batista Gnoatto, Acyr José e Menotti Caprighone, pela ARENA e Ednias Faria e Arlindo Ribas de Oliveira pelo Movimento Democrático Nacional, para que em Comissão, representem aquele Legislativo nas cerimônias em que será promulgada a nova Constituição do Estado do Paraná: — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Da senhora Dália de Castro Lacerda, presidente da Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stesser, requerendo desta Casa um auxílio a fim de poder minorar a grande situação afiativa que se encontra a referida Escola, para solucionar os seus compromissos financeiros assumidos: — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 47-70, do senhor Edgard Dantas Pimentel, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de requerimento do senhor Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, solicitando a esta Casa, seja conferida prerrogativa àquela Câmara Municipal, para elaborar a sua própria Lei Orgânica, a exemplo do que ocorre à Câmara Municipal de Pôrto Alegre: — Ao conhecimento da Casa.

D senhor Waldir Bannach, secretário do Hospital de Caridade Bom Jesus e Maternidade Sant'Ana, encaminhando relatório de atividade daquela casa de caridade, referente ao exercício de 1969: — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

Do senhor presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, no seguinte teor: ASPP representando Funcionalismo Público anroento congratulações Vossência todos nobres Deputados especialmente Membros Comissão adaptação Constitucional pela nova Carta Magna Estado agradecendo outrossim aprovação materiais beneficiam diretamente Servidores Públicos Paraná reivindicadas pela ASPP pt SDS Odir Gomes da Rocha pt — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Olívio Dias, prefeito municipal de Colorado, nos seguintes termos: Povo Colorado e região vibra vq confirmação construção rodovia Maringá vq Santo Inácio vq passando Colorado pt Divulga o jornal Folha de Londrina de 24 corrente ligando Norte Novíssimo com rodovia Raposo Tavares altura de Presidente Prudente SP vq Rodovia Café futuramente Rodovia Castelo Branco pt — Ao conhecimento da Casa.

EMENDAS:

Emenda ao Projeto de Lei n.º 266-69

Substitutivo Geral:

Art. 1.º — Fica criada, de conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, uma (1) Inspeção Regional de Ensino, com a área de jurisdição no município de Santo Inácio.

Art. 2.º — Face ao disposto no art. anterior, ficam incluídos no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

— No inciso I, um (1) Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

— No inciso III, um (1) Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C;

Art. 3.º — Fica criada, de conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, uma (1) Inspeção Regional de Ensino, com sede no município de Iporã e área de jurisdição nos municípios de Icaraima, Alto Piquiri, Pérola, Altônia e Xambioá (desmembrado da Inspeção Regional de Umuarama).

Art. 4.º — Face ao disposto no artigo anterior, ficam incluídos no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

— No inciso I, um (1) Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

— No inciso III, um (1) Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C;

— No inciso IV, um (1) Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 5.º — Fica criada, de conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, uma (1) Inspeção Regional de Ensino, com sede no município de Marechal Cândido Rondon e área de jurisdição nos municípios de Terra Roxa, Palotina e Guaraí (desmembrado da Inspeção Regional de Toledo).

Art. 6.º — Face ao disposto no artigo anterior, ficam incluídos no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

— No inciso I, um (1) Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

— No inciso III, um (1) Inspetor de Ensino Médio, símbolo 6-C; e

— No inciso IV, um (1) Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 7.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrá pela dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1970.

(a) Paulo Poli

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 266-69

Acrescente-se onde couber:

Art. — Fica criada, na conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, uma (1) Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no município de Cambaí.

Art. — Face ao disposto no artigo anterior, ficam incluídos no art. 6.º, da Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de provimento em comissão:

— No inciso I, um (1) Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C;

— No inciso III, um (1) Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C;

— No inciso IV, um (1) Inspetor de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno da Casa:

Requer, seja solicitada através de ofício ao excelentíssimo senhor Delfim Netto, digníssimo ministro da Fazenda, tendo em vista a precária situação dos cotoneiros face à frustração da lavoura algodoeira na atual safra.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Mesa, a seguinte solicitação:

1 — Certidão, na íntegra, da Ata de reuniões que elegeu o atual Presidente da Casa, bem como da Mesa restante;

2 — Certidão, na íntegra, da Ata da 3.ª Reunião, onde foi lavrado o Protesto do Movimento Democrático Brasileiro, em referência à citada eleição;

3 — Certidão indicando os membros competentes da Mesa que procedeu à atual;

4 — Informação de qual o Deputado que se encontra atualmente licenciado desta Casa e qual a finalidade da mesma; e

5 — Se foi convocado suplente para a vaga, quem atualmente a ocupa.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) Olívio Gabardo

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer que seja consignado um voto de louvor ao ilustre paranaense dr. João Ribeiro Junior, pela sua eleição como Diretor do IBC (Instituto Brasileiro do Café).

Requer ainda, que da decisão da Mesa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) João Mansur

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 27-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Social da Paróquia "Cristo Rei", desta Capital.

— Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO

A entidade que se quer declarar de utilidade pública, segundo o Estatuto anexo, preenche os requisitos da legislação vigente para obter tal benefício legal.

Tem por finalidade a assistência social e educacional, dispensada aos necessitados e aos desamparados, estabelecendo-se, ainda, no § 2.º, do art. 6.º do documento básico, que "os membros da Diretoria não serão remunerados".

nerados pelo exercício de seus cargos.

Desde 1969, o Centro Social do Paraguri "Cristo Rei", vem desenvolvendo suas próprias atividades, auxiliando o Poder Público no desempenho da gravíssima missão de realizar o bem-comum.

Por essa razão faz jus ao benefício.

Projeto de Lei n. 28-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: — Altera a Lei n. 6.034, de 6 de novembro, de 1969.

Art. 1.º — Fica retificada, na forma abaixo, a Lei n. 6.034 de 6 de novembro de 1969, que cria nas Universidades Estaduais de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba:

No art. 1.º onde se lê:

"Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades".

— Leia-se:

"Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Federação de Escolas Superiores de Curitiba e a Federação de Escolas Superiores de Apucarana, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saída das Sessões, em 6 de abril de 1970.

(a) Luiz Malucelli

JUSTIFICATIVA:

A retificação que ora se propõe, visa a sanar evidente equívoco na Lei n. 6.034, de 6 de novembro de 1969, que autoriza a criação das Universidades Estaduais de Maringá, Londrina, Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

O equívoco apontado, refere-se à criação da Federação das Escolas Superiores que, autorizando a de Curitiba, para agregar suas escolas superiores, relegou as de Apucarana à opção entre as Universidades de Maringá e Londrina, por influência que essas Universidades viriam ter sobre a região, quando, na realidade, Apucarana conta com duas escolas superiores, uma das quais a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, já reconhecida e em plena atividade há mais de dez anos.

A agregação, ainda, a qualquer uma das Universidades autorizadas, não se verificaria, porque ambas, Londrina e Maringá, contam também com escolas congêneres.

A inclusão, na lei de autorização, da Federação das Escolas Superiores de Apucarana, confirma a existência natural de distrito-geo-educacional, propiciando a aglutinação de outras escolas, na região de sua influência, e que não poderiam, pela mesma razão apontada, aglutinarem-se naquelas Universidades.

Assim sendo, a retificação consubstanciada na emenda proposta, não só vai favorecer as demais escolas referidas, como e principalmente, amparar, no concerto da reforma universitária, com o benefício da Lei Federal n. 5.310, de 28 de novembro de 1968 (Art. 8.º) a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, já decana, e a Faculdade Estadual de Agronomia "Cereâmia Lunardielli", esta com valioso patrimônio, entre terreno, edificações e instalações, no distrito da sede de Apucarana.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra, para o Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Sílvio Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A nossa passagem pelo Pequeno Expediente da sessão de hoje, da Assembleia Legislativa do Paraná, prende-se a um fato que nós consideramos de abuso, de provocação, inclusive falta até de decoro no que diz respeito à condução dos trabalhos da Câmara Municipal de Maringá, quando o Presidente daquela Casa, assumindo poderes que nós não conseguimos reconhecer na Constituição Federal e nem na Estadual, houve por bem declarar o fim do mandato da sr. vereadora Sebastiana Costa Tobias, a requerimento de três ou quatro srs. Vereadores; pretende-se a extinção daquele mandato, sob a alegação de que estaria aquela Vereadora, incompatível com o exercício do mandato, de vez que procedeu a assinatura de um contrato de locação de serviços, com a Prefeitura Municipal de Maringá, fundamentaram o requerimento cassatório no artigo 34 da Lei Orgânica dos Municípios, e não que dispõe o Decreto-Lei 201, que regulava a matéria. Todavia, na atual Constituição o processo legislativo disciplina em detalhes, a autonomia e a prerrogativa das Casas Legislativas, no que diz respeito à cassação de mandatos, ou seja, a perda do mandato.

Não conseguimos, em hipótese alguma, configurar a extinção do mandato, não que tal figura não está, de forma alguma, posta nos termos constitucionais — na Constituição consta tão somente a perda do mandato, "título" conhecimento, pela "Folha de Londrina" e ainda por uma nota do nosso partido, que se propõe a impetrear mandado de segurança buscando assegurar os direitos daquela Vereadora. Foi assim que tivemos conhecimento daquela provocação — que assim entendemos — feita na cidade de Maringá, pela bancada arealista que pretende a todo custo tumultuar e confundir a vida administrativa do município.

O que nós estamos no momento pretendendo trazer à Assembleia Legislativa, é o nosso protesto em termos, porque notícia a grande imprensa do nosso País, que pretende o Governo, oferecer condições para que a oposição tenha uma atuação digna, e pretende oferecer também condições, para que nós tenhamos possibilidades de desenvolvermos uma ação que política, que administrativa, e, ao contrário, há bem poucos dias atrás, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, a bancada de oposição foi totalmente desconsiderada, como desconsiderado foi o texto constitucional, porquanto fomos ajudados da composição da Mesa Executiva da Casa e, na contrapartida em Maringá observamos um abuso, uma provocação desta natureza onde sem, nenhuma fundamentação jurídica, o Presidente daquela Casa declarou extinto o mandato de uma Vereadora eleita pelo MDB — nós estamos aqui com a disposição de, não somente impetrarmos, aquele mandado de segurança procurando assegurar os direitos de nossa representante, como também entendemos válida a ideia de adonarmos, na justiça, aquela pre-

sidente, porém, extra faim todas as prerrogativas que lhe são asseguradas.

Sabemos que absoluta segurança que aquela Presidente da bancada da Arena em Maringá mantinha-se sempre amparado pelos políticos que não se conformavam com a derrota nas urnas, pretende tumultuar, causar toda espécie de confusão. Tal atitude se contrapõe evidentemente a tudo que está publicado no Governo Central da República, e, dentro dos princípios e postulados revolucionários, nós estamos a exigir a tranquilidade, o respeito às autoridades constitucionais. É absolutamente irresponsável a atitude do Presidente da Câmara Municipal de Maringá que além de ter causado dificuldades, além de ter desrespeitado e violentado o direito adquirido da Vereadora de nosso partido muito mais, além disso, chegou a tumultuar a sessão, negando inclusive o direito de nossa bancada, lavar o protesto convenientemente ameaçando de prisão o Sr. Secretário daquela Casa, além ainda de ter apreendido a máquina fotográfica do jornal "A Folha de Londrina", e mandar que fosse detido o motorista daquele órgão de imprensa Assim, Sr. Presidente, nós deixamos aqui a nossa estranheza, deixamos aqui o nosso protesto, naturalmente levando também à consideração de que estamos todos prontos para agir dentro da justiça, buscando por um parâmetro a atitude desta natureza, que, acima de tudo demonstram a incompetência, a instabilidade e a total falta de propriedade de quem, nesta época tem a responsabilidade de dirigir uma Casa Legislativa. Nós queremos, tão somente, deixar aqui estas primeiras impressões para, em futuro próximo, voltarmos a esta tribuna buscando mostrar que a Arena, não conformada com a derrota na cidade de Maringá, procurou intranquilizar a família maringense, tumultuar e prejudicar uma administração absolutamente humana, técnica e planejada como aquela que estamos propondo naquela cidade do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Periodicamente nós temos passado nesta tribuna, para tratar de assuntos que reputamos muito grave. Anos passados nós desta tribuna protestávamos então contra a falta de assistência e de interesse, por parte das autoridades competentes, no que tange à produção do óleo de menta, prevíamos em nossos pronunciamentos, em nossos discursos, em nossa passagem por esta tribuna, que a falta de estímulo, a falta de amparo, iria gerar um colapso total aquele produto que é de grande interesse para todo o País, porque em pouquíssimas regiões do mundo, nós é que temos condições, nós é que temos terras férteis para produzir aquele óleo. No entanto, lamentavelmente, não obstante nossos protestos, nossos reiterados pronunciamentos, o fato aí está evidenciado, o Paraná não mais produz a menta em quantidade apreciável, por falta de amparo e estímulo.

O que nos traz hoje à tribuna, sr. Presidente e srs. Deputados, é um assunto mais ou menos parecido com este da menta, queremos nos referir à produção do algodão. Para que os srs. Deputados possam ter uma ideia, no ano passado, que não foi um ano agrícola satisfatório, a nossa agricultura colheu uma média de 180 arrobas por alqueire plantado, do algodão. Este ano, sr. Presidente, e srs. Deputados como é do conhecimento principalmente do sr. Presidente desta Casa, que é de uma região onde mais produz o algodão, que é a de Assaí e como é também do conhecimento do eminente deputado Emílio Carrazz, sei perfeitamente, conhece este ano de estiação quando muito prolongado durante o plantio, exatamente numa época em que o algodão necessita de chuvas.

O sr. Emílio Carrazz — Sr. Presidente, permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Paulo Poli, há poucos instantes estávamos trocando ideias sobre problema no gabinete da Presidência, e quero dizer a V. Exa. que eu mesmo em toda sua plenitude tudo o que V. Exa. acaba de dizer isso demonstra que V. Exa. conhece e com grande profundidade o problema que acaba de abordar e sei que se torna superfluo acrescentar qualquer coisa ao discurso de V. Exa. Porisso, como já disse, endosso-o em toda plenitude, porque o que V. Exa. fez aqui é de grande interesse para a economia nacional.

O SR. PAULO POLI — Agradeço com muita satisfação ao eminente líder Emílio Carrazz, porque ele realmente como dizia, representa com muito interesse uma região que hoje é uma das grandes produtoras do algodão. Então, ninguém mais do que V. Exa. pode oferecer os dados que temos em mãos, no que tange à produção do algodão.

Então, como dizíamos, no ano passado, que não foi um ano agrícola satisfatório, o algodão produziu por alqueire 180 arrobas, este ano a média de produção caiu em mais de 90%. A média da produção do algodão, em todo o Paraná não atinge a mais de 100 arrobas por alqueire.

Então daí, sr. Presidente, os Deputados a nossa preocupação, porque o preço mínimo fixado para aquele produto que é de mais ou menos 6 cruzeiros novos por arroba, não dá para cobrir nem sequer 2/3 da parte do custo daquele produto, dada a sua baixa produção, hoje paga-se por arroba de algodão, segundo a fixação dos preços mínimos estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, 8 cruzeiros novos. Ora, se só para a colheita o produtor paga de 2 a 3 cruzeiros novos por arroba, em inseticida gasta-se de 3 a 4 cruzeiros novos por arroba e se formos levar então em conta o custo das diversas capinas, o preparo da terra que é muito delicado, chegamos à conclusão de que, dada a baixa produção, como dissemos, de menos de 100 alqueires, a arroba para o produtor hoje custa cerca de 12 ou 13 cruzeiros novos.

Assim é, sr. Presidente, srs. Deputados, que nós estamos de passagem por esta tribuna, para fazer mais uma vez um apelo a esta Casa e queremos lembrar aos srs. Deputados que o algodão — para aquele que não conhece o problema do algodão, em sua época de colheita, oferece mão de obra para mulheres e crianças; sendo as crianças de 6, 8, 10 e 12 anos, que vem de toda parte para aquela trabalho. De modo que é de interesse das autoridades dar amparo aos cotonicultores, para que esta mão de obra continue sendo ocupada, mormente na crise hoje que nosso país atravessa, quando há realmente grande sobra de mão de obra.

Porisso, sr. Presidente, srs. Deputados, que encaminhamos à mesa requerimento que seja reexaminado o preço mínimo do algodão.

Eram estas sr. Presidente, srs. Deputados, as palavras que queríamos formular em torno deste assunto, que reputamos de muita importância.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli.

constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 266-69, apresentado pelo sr. deputado Paulo Poli. Necessita de apoio. — Apoio.

Emenda de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, ao Projeto de Lei n. 266-69. — Apoio.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 237-69, declarando de Utilidade Pública o "Clube Cultural Recreativo Divina Pastora", na cidade de Ourizona. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 237-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, o Clube Cultural e Recreativo "Divina Pastora", da cidade de Ourizona.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1970

aa) Ivo Tomazoni — Presidente, Luiz Cruz — Relator, Agnaldo Pereira Lima, Roberto Galvani

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 22-69, de autoria do dep. Abraão Miguel, transferido ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Mandaguari à Astorga, numa extensão de 30 (trinta) quilômetros. — Parecer favorável da C.C.J. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 270-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública a Fundação de Estudos Sociais do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 266-69, de autoria do dep. Luiz Cruz, criando em conformidade com a Lei n. 5.821, de 3-8-68, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no Município de Santo Inácio, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Sobre o Projeto, existem Emenda e Substitutivo Geral. Em votação. — Aprovados Substitutivo e Emenda.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 269-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, que declara em Estado de calamidade Pública, o Município de Morates e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 360-68, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Câmara Júnior da cidade da Lapa. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 360-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar, como de Utilidade Pública, a "Câmara Júnior da Lapa".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1968

a) Olívio Belich

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 360-68

O ilustre deputado Olívio Belich, pretende com o plano de Lei em exame, autorizar o Poder Executivo, a declarar de Utilidade Pública, a Câmara Júnior da Lapa.

Trata-se de iniciativa justa e oportuna, e que já vem contribuindo para o progresso do Município, tendo inclusive merecido o reconhecimento dos Poderes Públicos Municipais, através da Lei n. 334-68 da Cidade legendaria, da Lapa.

Não havendo qualquer impedimento de ordem constitucional, somos pela Aprovação, do plano de Lei em tela.

Parecer favorável.

ao Abraão Miguel — Relator Emilio Carazzai — Presidente

Discussão Única — da Proposição n. 835-67, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que manifesta favoravelmente com a Emenda que suprime o item 1.º do Art. 6.º, da Constituição Federal. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — Aprovado o Parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer a Proposição n. 835-67

1. — A emenda à Constituição da República proposta pelo ilustre Deputado Francisco Guedes de Queiroz, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, não encontra sustentáculo na Carta Magna que passou a vigor a partir de 30 de outubro de 1969. No seu artigo 46 e itens I e II, da Lei Maior confere prerrogativas para alteração do texto constitucional apenas aos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e ao Presidente da República.

2. — Nestas condições, face impedimento aos membros das Assembleias Estaduais para emendar à Carta Magna, o nosso parecer é pela rejeição da proposição ora sob exame desta Douta Comissão.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969

aa) Emilio Carazzai — Presidente, Abraão Miguel — Relator, Sívio Barros, Ivo Tomazoni, Haroldo Bianchi

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Olívio Gabardo, constante do Expediente, solicitando certidões das Atas das eleições para a Mesa da Assembleia, certidão indicando os membros componentes da Mesa anterior, e informação sobre se há atualmente Deputado licenciado e se foi convocado suplente para a vaga. — A I.ª Secretária.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando o envio de ofício ao sr. Ministro da Fazenda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante da sessão anterior, solicitando informações ao sr. Secretário de Vição e Obras Públicas. — Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

O requerimento que está sendo submetido à apreciação do Plenário e que foi lido na sessão anterior, e atendendo ainda a uma solicitação do Líder do Governo, foi por nós alterado em seu item 1.º: "do ano de 68 para 67".

E como havia dito, naquela sessão, este requerimento é de grande importância para esta Casa, a fim de que os srs. Deputados possam se capacitar do encaminhamento das nossas futuras discussões, aqui, neste Plenário. E eu quero, mais uma vez, apelar aos srs. Deputados, e ao Líder do Governo, no sentido de darem apoio a este requerimento, para que possamos, com melhores esclarecimentos, dar cumprimento ao nosso dever e à nossa obrigação como representantes do povo, nesta Casa.

Acredito que pela manifestação expressa do Líder do Governo na sessão de 6a. feira, o nosso requerimento será aprovado, pois que é nada mais representa do que subsídios e esclarecimentos à opinião pública com relação ao andamento das obras da administração pública de nosso Estado.

E este o apelo que deixo consignado, nesta oportunidade, aos srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

Rejeitado o requerimento formulado pelo ilustre deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Os srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. E o seguinte o resultado: 6 srs. Deputados aprovam o requerimento e 11 rejeitam. Não há quorum.

Em discussão o requerimento formulado pelo ilustre deputado Fabiano Braga Cortes, já lido na sessão anterior. Encerrada a discussão. Não há quorum para votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, este Deputado pretendeu, no transcurso desta sessão, focalizar a Proposição 319-67, constante da pauta da 1a. sessão da Ordem do Dia, em poder dos srs. Deputados. Não tendo sido possível, sr. Presidente, e sendo matéria de interesse para a Casa, solicitação de V. Exa. que a referida Proposição, que é consequência do ofício 34-67, da Fundepar, encaminhando relatório geral da aquela entidade relativa ao exercício de 1.969, pediria sr. Presidente, vistas desse processo, e não o tendo encontrado, gostaria que V. Exa. determinasse que permanecesse essa Proposição na Mesa, para que pudéssemos manuseá-la.

O SR. PRESIDENTE — Procede a questão de ordem, levantada pelo nobre deputado Ivo Tomazoni.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do nobre deputado João Mansur, solicitando um voto de congratulações pela escolha do sr. João Ribeiro Júnior para o cargo de Diretor do I.B.G. Em discussão. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, terça-feira, dia 7, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 253-69;

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 26-69, 269-69;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 360-68;

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 776-63;

Discussão Única — da Proposição n. 59-68.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 5.ª Sessão Ordinária Realizada em 7 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Abraão Miguel.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Amândeo Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Ross, Fabiano Braga Cortes, Fud Nach, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Mauicelli, Nelson Buffara, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani, Seme Scaff, Sívio Barros, Tílio Vargas (32); achando-se ausentes os seguintes srs. Deputados: Haroldo Bianchi, Olavo Ferreira Pinto Dias, Roberto Wypych e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 231, do senhor Aldo Ferdinando Patitucci, diretor geral do Departamento de Estatísticas de Rodagem, prestando informações em atenção ao requerimento do sr. deputado Igo Lasso. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 270, do senhor Euricles Rocha Ferreira, diretor do Instituto de Assistência ao Menor, comunicando da sua nomeação no cargo de Diretor daquele Instituto. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 631, do senhor Thomas J. L. Landau, diretor geral substituto do Instituto Brasileiro do Café, prestando informações em atenção ao requerimento do sr. deputado Arthur de Souza. — Ao conhecimento do

sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 70-326, do senhor José Maria Jorge Sebastião, secretário geral do Instituto Brasileiro do Café, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Paulo Dias. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 1-70, dos senhores João Bortolozzo e Erick A. Müller, prefeito e vice-prefeito de Palotina, comunicando suas poses nos respectivos cargos. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1-70, do senhor Dr. Adyr Selem, presidente da Câmara Municipal de Palotina, comunicando haver sido eleito e empossado a Mesa Executiva que dirigirá os trabalhos daquela Casa. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 2-70, do Senhor Benedito Rogati, presidente da Câmara Municipal de Nova América da Colina, comunicando haver sido eleito e empossado a Nova Mesa que regerá os trabalhos no presente exercício daquela Comunidade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 06-70, do senhor Massachiro Meri, presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, comunicando que em sessão ordinária tomou posse como vereador e suplente do MDB o senhor Onivaldo Silveira Bueno na vaga verificada em vista da renúncia do vereador Laércio Salles, apresentada legalmente àquela Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 90-70, do senhor Daniel Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Londrina, solicitando acolhimento favorável ao projeto que diz respeito à efetivação do professor primário, interno e suplementarista com mais de 5 anos de magistério. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 3-70, dos senhores Sebastião Arlindo dos Santos e Alcindo do Rio, presidente e primeiro secretário da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, comunicando haver sido eleito e empossado a nova Mesa Diretora que regerá os trabalhos daquele Legislativo durante o exercício de 1970. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 11-70, do senhor João Alberto Perrelli, presidente da Câmara Municipal de São João do Triunfo, comunicando haver sido eleito e empossado a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 15-70, do senhor Candido Pires de Campos, presidente da Câmara Municipal de Cafeará, comunicando que em sessão solene realizada por aquela Casa, houve por bem vetar o impedimento do prefeito José Mendes Maina, no exercício do cargo, em virtude daquela autoridade vir praticando inúmeros ilícitos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 46-70, do senhor Edgard Dantas Pimentel, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, convidando a Presidência desta Casa para a sessão solene na qual será inaugurada a fotografia do vereador Ayr José, na Galeria dos ex-Presidentes. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Sob o n.º 84-70, do senhor Fernando Augusto de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Mandaguari, solicitando a esta Casa, a aprovação da Emenda Constitucional que dá estabilidade o servidor com mais de (5) anos de serviço efetivo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1-70, do senhor vereador Dr. Iris Antônio Mazzuchetti, presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, comunicando haver sido eleito e empossado a nova Mesa Diretora daquela Comunidade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor Joaquim Brito de Lacerda, diretor da Faculdade de Direito, convidando a Presidência desta Casa para tomar parte da Sessão Solene de colação de grau dos bacharéis em Direito do ano de 1969. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Da Siderúrgica Guairá S.A., acusando recebimento do ofício firmado pelo senhor deputado Olívio Belich, no mesmo tempo em que convida a Presidência desta Casa e demais Deputados para uma visita àquela Indústria. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Waldir Bannach, secretário do Hospital de Caridade "Bom Jesus" e Maternidade Sant'Ana, encaminhando relatório das atividades daquela Casa de Saúde, referente ao exercício de 1969. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 145-70, do senhor Cássio de Paula Freitas, presidente da Companhia Força e Luz do Paraná, comunicando a constituição da nova Mesa Diretora daquela Companhia. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Da senhora Elizabeth Moreira, secretária da ARENA, comunicando a manifestação favorável ao futuro candidato ao Governo do Estado do Paraná, bem como, às eleições indiretas nos demais estados da União. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Da senhora Irmã Agostinha Bevervano, diretora do Educandário Santo Antônio, da cidade de Morretes, solicitando a inclusão do mesmo na verba orçamentária de 1970. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Cel. Adelio Conti, presidente da Legião Paranaense do Expediente, convidando a Presidência desta Casa para a Sessão Solene em comemoração à histórica "Tomada de Monte Castelo". — Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do senhor Oscar Felipe Loureiro do Amaral, secretário da Agricultura, convidando a Presidência desta Casa para as solenidades de inauguração da Exposição-Feira Paulo Pimentel, a ter lugar às 16 horas do dia 14 de março próximo, no Parque Castelo Branco. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

TELEGRAMA:

Do senhor Deputado Francisco Amaral, Presidente da Comissão Legislativa Social da Câmara dos Deputados de Brasília nos seguintes termos:

ENVIOS MEUS AGRADECIMENTOS PELO SEU PRONTO ATENDIMENTO MEU PEDIDO INFORMAÇÃO SOBRE A PARTIDA DE SESSORES DESSA ASSEMBLEIA NO FIM DO ANO PASSADO 1969. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado José Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para os projetos de lei n.ºs 8 e 17-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o encaminhamento do Projeto da Lei n.º 266-69 à Comissão de Constituição e Justiça para que aquela doutra Comissão se manifeste da legalidade do referido Projeto.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) SILVIO BARROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos Trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Dario Macedo Filho, de tradicional família castrense, ocorrido no dia 4 próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família entulada, em Castro.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) OVIDIO FRANZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pelo transcurso do "Dia Mundial da Saúde".

Instituída pela Organização Mundial da Saúde, a data se destina a ter presente, em todo o mundo, os esforços pelo bem-estar do homem, marcando das conquistas e aprimoramento da ciência a preocupação constante em assegurar melhores condições ao ser humano. Na presente oportunidade se procura conscientizar toda parcela da população para a necessidade de prevenir o câncer. "Descobrir o câncer é salvar uma vida" — recomenda a Organização Mundial da Saúde, num esforço válido para deduzir a incidência — ainda grande — de óbitos, em consequência da doença. Como ex-Secretário da Saúde, e médico por formação profissional, não poderia deixar de consignar tal registro, solicitando, igualmente, se ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Saúde, doutor Adolfo Rosevics, consignando nossa admiração pelos trabalhos que tal setor são desenvolvidos em nosso Estado, através da Secretaria de Saúde e entidades de caráter comunitário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) ARNALDO BUSATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão para, junto ao sr. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, tratarem da interligação Cascavel-Campo Mourão e Cascavel-Paranavai.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) ROBERTO GALVANI

PAULO POLI
ARMANDO QUEIROZ
FUAD NACLI
FRANCISCO ESCORSINI
OVIDIO FRANZONI

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 29-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito na sede da Comarca de Telmaco Borba, com jurisdição nos seguintes municípios:

- ARAPOTI
- IBAITI
- TIBAGI
- RESERVA
- ORTIGUEIRA
- CURITIBA
- SAPOPEMA
- JAGUARIAIVA

Art. 2.º — O Poder Executivo, baixará instrução regulamentando a presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está lida a leitura do Expediente.

Encerrada a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Entendemos que todo homem público, quando ocupa uma Secretaria de Estado, deixa saldo positivo naquela Secretaria, deve receber uma justa homenagem. Este é o caso do ex-Secretário de Educação, dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, a quem neste momento queremos prestar uma homenagem através de um voto de congratulações. O nosso requerimento está assim redigido: (Lê)

"REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um voto de

congratulações ao doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, ex-Secretário de Educação e Cultura, que, à frente daquela Pasta, conseguiu ao lado das novas ideias implantadas, nos setores específicos do ensino, criar uma mentalidade nova entre todo o Maestros e o povo paranaense a conscientização sobre os problemas educacionais com sua respectiva necessidade de equacioná-los.

A consagração do voto era requerido, senhor Presidente, se justifica ainda mais ao analisarmos as profundas modificações implantadas no decorrer de 16 meses, tempo em que aquele dinâmico e jovem Secretário norteou os destinos da Secretaria indicada, quer no ensino primário, quer no ensino médio, quer, ainda, no ensino superior.

No ensino primário foi adotado um programa e currículo escolar especialmente preparado para as escolas do interior, onde se adaptou o relacionamento entre estudantes e seu meio ambiente, e se introduziu matérias específicas: educação sanitária, noções básicas de agricultura, noções de higiene, educação moral e cívica, etc., cujo programa-curriculo teve, também, influência decisiva na elevação do aproveitamento escolar nas escolas rurais e, ainda mais, adaptando o ensino primário na zona rural à sua própria realidade, da qual está totalmente divorciado.

No campo do ensino médio, foi planejado um sistema de ginásios orientados para o trabalho, a fim de promover sua adoção a partir do presente ano letivo.

No campo do ensino médio, foi planejado um sistema de ginásios orientados para o trabalho, a fim de promover sua adoção a partir do presente ano letivo.

O ensino técnico teve um grande impulso através da implantação de dezenas de oficinas de artes industriais em todo o interior do Estado, enquanto que o ensino agrícola aperfeiçoava os seus métodos, o mesmo acontecendo com o ensino comercial. Quanto ao ensino normal, planejou-se uma reformulação de currículos, cuja primeira experiência foi o desenvolvimento de um programa de grande extensão da realização de estágios práticos para as normalistas.

No que tange ao ensino superior, a Paraná alcançou seu ponto mais alto, na administração do Ilustre homenageado, quando se efetuou a reforma universitária, pela qual foram criadas as Universidades Regionais de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e a Federação das Escolas Superiores do Paraná. Desta forma, com uma nova estrutura dinâmica e moderna, o ensino superior está se desenvolvendo dentro dos padrões da alta e moderna técnica educacional.

Destarte, cremos que plenamente justificado está o voto de congratulações ao Ilustre e proclamo cidadão paranaense.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente peço a palavra para fazer no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estamos sabendo que volta à tona um movimento regional, no sentido de que se construa e se asfalte uma estrada que liga Campo Mourão e Cascavel. Pela imprensa, através de Prefeitos daquela região sabemos que o movimento se apresenta com um entusiasmo sem limite, com um esforço denodado e que só conseguirá algum sucesso se realmente os municípios interessados se unirem, se entenderem e somarem suas forças.

Quero esclarecer aos srs. Deputados que o município de Campo Mourão, que indiscutivelmente é o centro polarizador de toda aquela região, estará presente na região pelo seu Prefeito e pelo seu Vice-Prefeito, num propósito e numa demonstração de que tudo aquilo que possa ser feito por Campo Mourão, será feito com o máximo empenho, com a máxima ajuda, e com um sentido firme de colaboração. Este Deputado somente deseja que os municípios se entendam que os municípios se unam, porque só assim levando a reivindicação ao Governo Federal, pois se trata do tracando de um esquema que foge à competência do Estado, e só assim repetido, este movimento alcançará sucesso.

Todavia, é preciso também que se leve o problema ao conhecimento do sr. Governador do Estado, para que aliando o esforço dos municípios ao indiscutível prestígio do sr. Governador na esfera federal, possa organizar um trabalho eficiente e que traga os frutos desejados por todos aqueles que realmente desejam aquela estrada, que significa grande progresso e grande benefício para toda aquela região.

Era só, — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Há vários dias, temos tomado conhecimento de fatos de real importância que ocorrem no nosso Estado. Fatos estes que têm criado grandes tumultos na opinião pública paranaense e levado a intranquilidade aos homens responsáveis pela condução dos destinos públicos do nosso Estado. Estes fatos como não poderia deixar de ser, afetam também a esta Casa, porque é ela a legítima representante do povo, e este povo nos comentários pelas ruas, está a exigir definições e esclarecimentos, cujas definições e esclarecimentos o Poder Legislativo não pode se furtar ao supremo dever de buscá-los, sob pena de ainda mais se sucumbir o já cambaleante Poder Legislativo.

Há dias tomávamos conhecimento, através do noticiário da imprensa nacional, de um fato relacionado com a morte do ex-diligente do acordo de classificação do Café no Estado do Paraná. Fato este que não houve mais comentários na imprensa local. Hoje novamente volta à baila este assunto; e agora já com exigência da opinião pública, no sentido de que o Legislativo deve tomar posição, dar esclarecimentos à opinião pública. E se isto não ocorrer, ter-se-á formado na opinião pública o comprometimento desta Casa, por falta de cumprimento do seu dever.

Lemos, num jornal da cidade, o artigo relativo a este episódio que culminou com a morte do sr. Feres Abujanra. Diz a imprensa:

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Deputado Olivir Gabardo, é lamentável que no momento eu aparteie o meu amigo.

O SR. OLIVIR GABARDO — Não apoiado.

O sr. Fuad Nacli — ... Acha que é do seu conhecimento que o dr. Feres, falecido no dia 20 do mês passado, é meu sobrinho. A família tem tomado todas as medidas para desembaraçar o assunto, junto com a polícia. Não gostaria de trazer a esta Casa um fato em que a família toda passou por esse drama. Mas, posso informar, não como parlamentar, mas como tio da esposa, que é filha de uma irmã minha, que nos tomamos todas as

medidas para desembaraçar o crime. Como se trata de problema que poderia envolver comentários, ainda hoje converso com o advogado, que acompanha o caso, para que hoje à noite possamos tomar as providências necessárias.

Acredito que V. Exa. acha que esta Casa deve tomar conhecimento do caso; nós da família firmamos satisfação; mas, pode ficar tranquilo o nobre Deputado e o Paraná todo que o pai de Feres Abujanra não está parado: se na realidade houve alguma coisa, nos vamos trazer a público. Mas nós não podemos começar a falar, enquanto o processo não for terminado e as provas reais do assunto — do suicídio ou do crime — como quer que seja, não forem encontradas. Mas nós podemos fazer o que se faz na rua 15 ou nos corredores, comentários em todos os sentidos. Ai estão a viúva e os três filhos que ficaram. E quando falamos na nossa família, falamos baseados em documentos e não em especulações e nem em conversas. Hoje o corpo está sepultado e a família está aí para zelar pelo nome da nossa família.

O SR. OLIVIR GABARDO — Nobre deputado Fuad Nacli, quero entender a V. Exa., por ser membro da família enlutada, os nossos sentimentos. Não conhecíamos esta família; conhecíamos, todavia, o falecido. E, realmente, as expressões de V. Exa. perturbam ainda mais a minha mente. Porque V. Exa., que vem acompanhando o fato de perito, diz não saber se se trata realmente de suicídio, se se trata de um assassinato ou se se trata de um crime. Realmente, a imprensa postula este mesmo aspecto quando diz...

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, já pedi a V. Exa. que não faça confusão. Não disse que o crime ou assassinato, estamos aguardando o desenrolar dos acontecimentos, o laudo da Polícia Técnica que dirá a verdade. A Polícia já deu a sua versão ou a forma legal; a família não acobrou pela forma como recebeu primeiramente o laudo. A Polícia procedeu ao exame de parafina nos mãos do morto e fez os estudos. Disse a V. Exa. que há comentários, pela cidade e na rua XV, em todos os sentidos e nós da família vamos levar ao público e ao Paraná a realidade do acidente. Nós da família, 99% consideramos como sendo o acidente, porque o moço não era caminhoneiro. Não queria entrar no assunto que estamos entrando.

O SR. OLIVIR GABARDO — Digo a V. Exa., que não estou endossando os comentários de rua. Digo apenas que há murmúrios de que esta Casa deve procurar, porque tem competência e tem obrigação de colaborar num caso que causou impacto na opinião pública. E este impacto na opinião pública deve ser desfeito para que haja tranquilidade dentro da família paranaense.

Realmente as expressões do jornal, não levando em conta a definição dada por V. Exa. a este jornal, dizem que não concorda e tem dúvidas quanto ao inquérito policial realizado. E neste sentido é que esta Casa deve colaborar para auxiliar a desvendar o mistério que paira na família do extinto.

O sr. Fuad Nacli — Quero dizer que, na Delegacia de Homicídios, falei com o dr. Bukowski e tanto na Polícia como no Serviço de Informação, consta que o príncipe Comandante da Região mandou buscar os laudos e os autos do processo, porque queriam perfeitamente estar entrosados para saber na realidade o que tinha acontecido. Passamos a ficar mais tranquilos em parte, sabendo que não só a Polícia teria interesse como os órgãos sediados em Curitiba estavam atentos, juntamente com a Polícia, para saber a resposta. Os dois Delegados se informaram que não poderiam terminar o processo dentro de uma semana, porque tinham necessidade de ouvir novamente os depoimentos para ver se havia alguma inversão. Hoje cheguei de viagem, procurei o pai do falecido que me informou que havia contratado o advogado Teófilo Marvur para acompanhar o processo. Podemos ficar tranquilos porque não se esta Casa mas todos os órgãos em Curitiba estão em cima da atual situação.

O SR. OLIVIR GABARDO — Agradeço mais uma vez o aparte esclarecedor de V. Exa. Mas, continuando, gostaria de firmar minha posição neste problema que acabo de levantar. Diz a nota que é motivo de nossa estranheza: "a morte daquele dirigente não foi suicídio, mas sim assassinato. Sobre o fato a Polícia não deu suficientes esclarecimentos, sabendo-se que ele prestou depoimento durante várias horas às autoridades federais, dizendo-se ameaçado de morte, por um grupo que até agora a Polícia não quis ou não pôde investigar". Aqui está realmente uma denúncia que precisa ser esclarecida. Se o moço vai depor solicitando garantia de vida e não lhe foi dada esta garantia; se hoje, após vários dias, a opinião pública também não conhece as razões de como ocorreu este fato, não pode esta Casa permanecer de braços cruzados diante de um ato que perturba realmente a opinião pública estadual e está a exigir dos homens mais sérios uma explicação.

Acredito que esta Casa colaborará no esclarecimento deste fato e para este fim tomamos a liberdade de apresentar requerimento à Casa, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que acompanhe este fato, a fim de que fique perfeitamente esclarecido e que esta Casa mostre ao povo do Paraná que como emissário que sou deste povo paranaense, estou também diligenciando procurando esclarecer os fatos que perturbam a normalidade das coisas mesmo porque o episódio ocorreu com um homem que tinha em suas mãos um alto cargo neste Estado. Era realmente um homem de projeção pública, e por isso o fato não pode passar despercebido, necessita de esclarecimento, não só à família, mas ao povo paranaense, que exige este esclarecimento.

Assim sendo, sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, o requerimento seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja constituída uma comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar os fatos relacionados com a morte de seu ex-diretor, Feres Abujanra.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, sr. Presidente, tem a única intenção de mostrar à opinião pública que o nosso Legislativo está cumprindo a sua função de mostrar ao povo que estamos vigilantes no trato da coisa pública. A denúncia formulada por um matutino deste Estado, deve e precisa ser respondida, pois o silêncio do fato, traria a esta Assembleia, a conivência com o Executivo de um fato que não foi esclarecido totalmente. E preciso desvendar o mistério que envolveu a morte daquele homem público. Muitas coisas, caso este requerimento mereça a aprovação de nossos Pares, poderá vir à tona e clarear de uma vez por todas o fato, que, vem causando um mal-estar na população. Este Poder existe para representar o povo no Governo. Se somos o povo, temos o dever de vigiar o que é, através dos impostos e de outras maneiras constrói este Estado e por isso, temos certeza da aprovação do presente requerimento por esta Casa.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Erondy Silverio, inscrito.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A nossa intenção era de ocupar a tribuna apenas para, em respeito que tributamos ao nobre deputado João Mansur, trazer alguns esclarecimentos que ainda restam para que o povo paranaense fique inteirado das negociações que se processaram com a importação do arame farpado, pela Secretaria de Agricultura.

Mas, antes de entrarmos no principal objetivo de estarmos aqui nesta tribuna, gostaríamos, de início, de dizer que votaremos contra o requerimento apresentado, desta tribuna, pelo sr. deputado Olivir Gabardo, porque acho que esta Casa não pode servir de pasto ao sensacionalismo desse jornal. A tragédia que se abateu sobre um lar, o de Feres Abujamra, não deve motivar polémicas de natureza como a que quer imprimir o deputado Olivir Gabardo a esta Casa. Reconhecemos no extinto um jovem idealista, que deu parte de sua vida à causa pública. Se erros cometeu no exercício de suas funções, não seremos nós que iremos julgar, mas sim o Supremo Criador do Universo, a quem deve estar entregue a sua alma.

Os fatos que talvez fossem apontados por Feres Abujamra, — conforme afirmou esta tribuna o deputado Olivir Gabardo, — de longo depoimento que teria prestado às autoridades policiais ou militares — não conheço o caso — também estão em fase processual dependendo do julgamento. Se se apontou fatos que condenam a alguém neste Estado, esses responderão em época oportuna e apropriada pelos eventuais crimes que tenham cometido.

Portanto, acho que não cabe a esta Casa constituir Comissão de Inquérito para ver se foi suicídio, morte natural, colapso, ou isso ou aquilo. Substanciar com prazer o requerimento do deputado Olivir Gabardo, se ele, em outras oportunidades tivesse tomado essa mesma atitude, mas não apenas para aparecer nos jornais. Se há poucos dias quando um menino foi barbaramente assassinado por um agente policial, na Vila Nossa Senhora da Luz, se naquela oportunidade o deputado Olivir Gabardo houvesse pedido Comissão de Inquérito desta Casa, substanciar com prazer. Se no instante em que o motorista, ganhando seu pão, foi barbaramente assassinado o deputado Olivir Gabardo viesse pedir a constituição de uma Comissão de Inquérito, para apurar se houve desídia da Polícia no encaminhamento da questão, substanciaríamos com prazer. Se quando o pobre indigente foi espancado na Delegacia de Furtos e Roubos, há poucos meses, cujo espancamento veio causar-lhe a morte, o deputado Olivir Gabardo, zeloso de seu mandato, viesse a esta tribuna solicitar instrução de uma Comissão de Inquérito, substanciaríamos com prazer, mas por dilettantismo não.

O sr. Olivir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Devo dizer a V. Exa., que nutro a pessoa de V. Exa. o mais alto respeito e a mais viva admiração. V. Exa. é um Deputado vivo e inteligente, reconhecemos. Mas, nobre Deputado, pelo respeito que mantenho a V. Exa., pediria a V. Exa. que não houvessem insultos pessoais no debate que travamos e cuja finalidade não é de tirarmos dali aquilo que pedimos em nosso requerimento e não apontamos qualquer outro fato com relação ao assunto. Apenas com relação ao episódio da morte, o esclarecimento que a opinião pública está a exigir.

Quando ocorrem mortes neste País, é visto correndo mortes por todos os lados lamentáveis, — devo dizer que pode ter havido desde Deputado ou de outro Deputado, falhas no sentido de solicitar providências cabíveis, mas pediria a V. Exa., com o mesmo respeito que sempre devotou a V. Exa., não partíssemos para insultos pessoais — embora reconheça V. Exa. tem esse direito — mas pelo respeito que me merece, pediria a V. Exa. não descesse a considerações de ordem pessoal.

O SR. ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa. o aparte e peço desculpas e Exa. De fato, usei de uma expressão embora não pretendesse ofender realmente o caráter de V. Exa., mas apenas o estado de espírito em que V. Exa. estava possuído quando ocupava a tribuna. Se fui indelicado com V. Exa., em quem reconheço um módo de raras virtudes, principalmente no desempenho de cargos públicos.

Portanto, refiro as expressões que empreguei o peço, publicamente, desculpas a V. Exa. Mas mantenho meu ponto de vista: O processo está num fase que este Poder não pode se manifestar, talvez possa fazê-lo na conclusão do inquérito policial. E, nessa oportunidade, talvez V. Exa. tenha razão e não aceitando o laudo policial e as conclusões do inquérito, é provável V. Exa. tenha razões suficientes para requerer, nesta Casa, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não vamos nos ater à figura de Feres Abujamra e o que representou na vida pública, mas apenas ao cidadão comum que teria sido vítima da incidência da incapacidade de um policial.

Então, nessa oportunidade, na defesa do cidadão, nós estaremos com V. Exa.

O deputado Fuad Nacli, que era tio do extinto, já nos disse que a família está acompanhando "pari passu" todos os detalhes da investigação que se processa no caso.

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, a família está muito grata a diversos médicos, entre eles o dr. Ernani Simas Alves que é considerado, no Brasil, um dos grandes legistas, bem como a sua equipe. Inclusive, a família procurou o desembargador Munhoz de Mello e S. Exa. nos disse que poderiam estar tranquilos porque os médicos que estavam fazendo o levantamento para entregar à Delegacia de Homicídios eram honestos e não receberiam influência da quem quer que seja, e o laudo seria honesto.

O sr. Emílio Carazzini — V. Exa. permite um contra aparte? (Assentimento). Nobre deputado Erondy Silverio, não sei o que aconteceu. Apenas quero lembrar que o nome que forneci ao sr. deputado Fuad Nacli, o dr. Ernani Simas Alves, é um nome paranaense, um nome brasileiro, um nome humilde, um grande técnico em Medicina Legal. O que o dr. Ernani Simas Alves escreve em um laudo é a expressão da verdade, dentro das possibilidades de se atingir a verdade. Não estou defendendo ninguém, estou defendendo o dr. Ernani Alves porque quando ele exarar um laudo pode ser imperfeito mas é honesto, ele é um grande conhecedor, um grande técnico.

O sr. Fuad Nacli — Quero agradecer ao nobre deputado Emílio Carazzini e dizer que apenas aparte: o nobre deputado Erondy Silverio porque nós, da família, não gostaríamos que este problema continuasse nesta Casa de Leis porque a família se encontra em choque. Nós pedimos respeito à família e sabemos perfeitamente o caminho que teremos que tomar na hora em que se desdobrar a situação real. Estamos atentos, não só os parentes de um lado, como os de outro.

O SR. ERONDY SILVERIO — É exatamente isto que estamos fazendo na tribuna. Sentimos na carne drama quase idêntico deste que a família de V. Exa. está sentindo com a perda lamentável de seu sobrinho.

Agradecemos o aparte do deputado Emílio Carazzini. Conhecemos, há longos anos, o professor Ernani Simas Alves. Sabemos que a sua fama de médico legista já ultrapassou as fronteiras não só do Paraná, como do próprio País. Sabemos da sua capacidade profissional, do seu critério, da sua honestidade. É um homem inequívoco. Não cede a pressões, venham elas de onde vierem. Portanto, esta Casa não pode se antecipar ao trabalho deste ilustre criminalista.

Deveremos, em primeiro lugar, aguardar o laudo pericial da Polícia para então esta Casa, se for o caso, se manifestar sobre o assunto.

E este o apelo que faço ao deputado Olivir Gabardo, que retire o requerimento e esperemos a conclusão do inquérito policial para então nos capacitarmos se houve ou não pressões estranhas no comportamento da Polícia na elaboração do seu laudo técnico.

Se o deputado Olivir Gabardo persistir em seu requerimento pessoal, votarei contra o mesmo.

Proseguindo, sr. Presidente, srs. Deputados, prometemos dirimir algumas dúvidas que tinha o nobre deputado João Mansur a respeito da legalidade da transação e importação de arame farpado feito pela Secretaria de Agricultura, pelo Fundo de Equipamento Agri-Pecuario, arame este de procedência belga.

Temos a informar ao nobre Deputado, a título de esclarecimento, que, para remover possíveis dúvidas, teremos que tecer nossas considerações pelo sr. Assis Rafael do Valle, diretor do Fundo de Equipamento.

Podemos dizer que a importação cercou-se de todas as cautelas legais. Houve autorização do Ministro da Fazenda para a mencionada importação. Houve tomada de preços das principais praças da Europa fabricantes do produto. A exemplo:

A firma Technapromet de Balgrado e Iugoslavia apresentou proposta ao Fundo de propondo colocar o arame CIF-Paraguai, ao preço de 182 dólares a tonelada.

A firma Impormiq propõe entregar arame de procedência polonesa, também CIF-Paraguai, ao preço de 185 dólares a tonelada.

E uma firma francesa se propõe ao preço de 182 dólares.

A importação foi feita de arame de procedência belga, o melhor fabricado na Europa Ocidental, ao preço de 175 dólares CIF-Paraguai, por tonelada do produto, de maneira que, dentro dessas propostas, verifica-se a liquida com que se houve o Fundo de Equipamentos da Secretaria de Agricultura, na importação do referido arame farpado.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Erondy Silverio, agradeço a solicitude de V. Exa. no cumprimento do seu dever, trazendo esclarecimento a esta Casa sobre dúvidas que nós levantamos na importação de arame, inicialmente o consultoria se V. Exa. me contraria esses documentos a fim de eu, depois de um estudo dentro daquele princípio que sempre norteou a minha atuação nesta Casa, possa comparecer à tribuna contestando os documentos que ora V. Exa. exhibe à Casa, ou, desconhecendo a validade dos mesmos e com a mesma correção com que sempre ocupei esta tribuna, com a mesma vivência com que denunciei possíveis irregularidades nesta importação, fique certo o nobre deputado, voltarei a ocupar a tribuna para dizer à Casa e ao Paraná, que realmente eu estivera enganado.

Assim sendo, espero de V. Exa. esta resposta. V. Exa., depois destas explicações, me contraria esses documentos?

O SR. ERONDY SILVERIO — Não há a menor sombra de dúvida, estes documentos são públicos, atestam transações feitas às claras, como aliás tudo o que é feito neste Governo; por conseguinte, logo após ocuparmos a tribuna, faremos chegar às mãos honradas de V. Exa., estes documentos e, temos absoluta certeza — conhecendo o caráter de V. Exa. como conhecemos — V. Exa. fará um exame metódico de todas as demarches a respeito deste caso e, em seguida, de público, reconhecer que a transação foi legal, não foi fraudosa e que a dispensa de concorrência pública autorizada pelo sr. Governador do Estado, em 29 de dezembro de 1.967, o foram após cumpridas as formalidades legais que devem cercar a matéria.

Nesta uma Casa, nobre Deputado: — V. Exa. disse de na tribuna, que o arame estava estocado, que foi uma aquisição ruinosa para o erário público estadual, que o arame estava estocado quase que na sua totalidade porque o preço não convinha aos agricultores; então, V. Exa. no simples mau-senso das documentações que tenho em mãos vai certificar-se de que, dos 14 mil rolos importados, os apenas 3 meses a Secretaria de Agricultura vendeu 26 mil rolos em apenas 3 meses! Portanto, o estoque que mantém a Secretaria de Agricultura não chegará para os próximos doze meses, vinhamos. É evidente que o arame não fora importado para ser vendido em 30 dias, que a importação foi de quantidade muito grande, para atender todos os agricultores paranaenses e, num simples confronto com os preços atuais do mercado, V. Exa. vai verificar que o preço do arame fornecido pelo Fundo é muito mais vantajoso do que o do comércio local, e ainda mais, — pelos documentos que V. Exa. já tem em seu poder, oriundos da própria explicação que trazemos à Casa e particularmente a V. Exa., V. Exa. vai também verificar que o Governo do Paraná não está apenas pagando ICM, porque pagou o imposto sobre os produtos industrializados e o imposto sobre importação, cujos tributos, apesar de reiteradas vezes ter sido solicitada a sua dispensa pelo sr. Governador, não foram atendidas as solicitações de S. Exa.. O Governo do Estado, no Fundo Agro-Pecuario, pagou todos os direitos de importação; ainda assim está sendo colocado a preço mais vantajoso que o comércio o financiado até 12 meses, com juros de 2% aos 12 meses. Os propósitos do Governo foram colimados, porque entende V. Exa. que o Governo está colocando à disposição dos agricultores, arame da melhor qualidade possível, de procedência belga, que é o mais famoso de todo o mundo, a preços mais baratos que o fornecido pelo comércio e de fabricação nacional. Farei chegar a V. Exa. os documentos que tenho.

O sr. João Mansur — Agradeço e me permito nobre Deputado que, depois de V. Exa. retorne a esta tribuna com o mesmo propósito e então afirmarei o convencido das provas que V. Exa. traz de que realmente eu estava enganado, caso contrário manterei minha opinião.

O SR. ERONDY SILVERIO — Tenho certeza que V. Exa. irá tecer considerações elogiosas ao Governo Paulo Pimentel, que tem procurado atender a todos os setores da administração paranaense, porque sempre foi desejo do sr. governador Paulo Pimentel de dar o mais amplo apelo à pecuária do Paraná, que nestes seus quase cinco anos de Governo, já está capacitado a atender todo o consumo interno do Paraná, como suas necessidades de importação, com uma política de amparo, incentivo e apoio à agropecuária do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Grande Expediente, ao ilustre deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Reputo de grande importância o assunto que me traz a esta tribuna, no entanto, sr. Presidente, srs. Deputados, antes de entrar no assunto próprio, digo eu queria deixar seguir registrado, que lamento profundamente o que está ocorrendo em nossa Capital. Existe em Curitiba uma verdadeira Central Geradora de Boatos maldosos. Esta Central Geradora, solta os boatos, os mais absurdos, motivo porque não vou entrar em detalhes, porque os assuntos e as calúnias nos colocam nas posições mais delicadas, como hoje já vimos nos debates nesta tribuna, naturalmente cujo assunto teria passado pelo rebôlo, ou pela Central Geradora de Boatos. Quero deixar aqui, portanto, meu repúdio e minha estranheza que uma Capital como a nossa tenha, a serviço da maledicência, esta Capital Geradora de Boatos.

Sr. Presidente, srs. Deputados. Esteve em nossa Capital uma Comissão composta de ilustres paraenses do "Lions Club" Internacional. Esta Comissão que acaba de visitar o exmo. sr. deputado Francisco Escorsin e, portanto, esta Casa, nos incumbiu de fazer público um manifesto que temos em mãos e, no entanto, queria deixar aqui patente de que também os deputados Euad Nacli e Francisco Escorsin representam os desejos desta Comissão e, em nome deste Deputado, tenho neste instante o desejo de fazer uso da palavra para ler o manifesto, que está vasado nos seguintes termos: (18).

"O LIONS CLUB INTERNACIONAL", através de seus clubes de serviço, das cidades de Campo Mourão, Ubitatã, Corbélia e Cascavel, sentindo a necessidade premente de uma via asfáltica, ligando os municípios de Campo Mourão a Cascavel, vem, através do presente, lembrar às autoridades constituídas, da lamentável omissão, no Plano Quadrienal de Obras Rodoviárias (1971 - 1974), essa importante rodovia.

Essa rodovia — BR-369 — é a diretriz ideal e natural para aqueles que demandam no sentido Foz do Iguaçu-Londrina-São Paulo, não só pela menor distância para os mercados consumidores, como também por oferecer melhores condições topográficas, evitando-se o tráfego pela BR-3 (Curitiba-São Paulo), com passagem obrigatória pela Serra do Mar.

O relevo e a topografia da região, favorecem muito a referida construção. Com apenas 170 Km, que faltam para terraplenagem e pavimentação, estaria inteiramente concluída essa estrada, interligando Foz do Iguaçu ao Norte do Paraná, Sul de São Paulo, em via inteiramente asfáltica, economizando-se cerca de 180 Km, pelo atual percurso, à Capital paulista.

A sua importância ainda é ressaltada quando sabemos que, justamente no trecho não asfaltado, é a região mais rica do vale do Piquiri-Ivaí, onde estão localizados os municípios de Campo Mourão, Mamburê, Ubitatã, Corbélia e Cascavel.

A única obra de arte exigida, já há mais de dois anos foi concluída, ou seja, a gigantesca ponte de concreto armado construída sobre o rio Piquiri.

Além disso, não fosse a sua importância econômica, a construção desse trecho se impunha pela sua importância estratégica, já que quase totalidade de desses Municípios estão situados dentro da faixa de fronteira. Por outro lado, seria e será a Via do Turismo, dando acesso a todo o Norte do Paraná, às riquezas naturais de Foz de Iguaçu, com suas Cataratas. Não bastassem esses argumentos, por si só convincentes, a produção de milho, feijão, soja, algodão, café, hortaliça, rami, madeira etc., muitas vezes ficam encravadas na região, por falta de uma via pavimentada, causando sérios e imprevisíveis prejuízos aos produtores de riquezas em geral.

Quando há dois anos atrás, foi concluída a ponte de 340 metros lineares sobre o rio Piquiri, a densidade de tráfego aumentou consideravelmente. Atualmente, o número de veículos que trafegam na referida rodovia é de 1.700 por dia, o que por si só, justifica plenamente a pavimentação asfáltica desse trecho, Campo Mourão — Cascavel.

É a estrada da integração Norte e Nordeste do Paraná. Enfim, pela sua importância de integração, pela sua importância turística, estratégica e econômica, esperamos os clubes de serviço, que representam o pensamento uniforme de suas comunidades, que as altas autoridades do Estado e da Nação, estudem e reformulem o plano de obras rodoviárias, bem como a imediata construção da citada rodovia.

Assinado: —

Coordenador — Aramis Meyer Costa (Presidente de divisão)

Lions de Ubitatã — Osmar Bertolli, Lions de Corbélia — Lio Zanato, Lions de Campo Mourão — Germano Traple, Lions de Cascavel — Aparício Penteado.

O sr. Euad Nacli: — V. Exa. permite um aparte (Assentimento).

Deputado Paulo Poli, V. Exa., como nós, conhece muito bem a região de Ubitatã e Corbélia, sabe perfeitamente que a BR-369 é a integração da estrada que deverá dar acesso de Cascavel a Campo Mourão, passando por Corbélia, Ubitatã e Mamburê, incluindo, também, as cidades que o nobre deputado Armando Queiroz acabou de se referir. Nós estamos atentos porque se trata do Vale do Piquiri.

Ainda na semana retrasada eu e o deputado Roberto Galvani estivemos com o sr. Secretário dos Transportes, que nos prometeu que dará um tratamento todo especial à BR-369.

Trajando-se de uma estrada federal, o Secretário ia ver se havia possibilidade de conseguir uma delegação de poderes, para que esta estrada fosse iniciada na atual administração do Governador Paulo Pimentel. Não ficamos só satisfeitos, nós levamos ao conhecimento dos moradores de Nova Aurora, Goio Erê, Formosa e Cascavel, a boa notícia. Ainda obtivemos o compromisso do diretor do Departamento de Estradas de Alvaro Penteado, da abertura do edital de concorrência para a construção da ponte que liga Goio Erê a Cascavel. Nós precisamos daquela estrada, pois nós encontramos dentro de uma ilha. Precisamos de estradas asfaltadas, como as de Pato Branco a Três Pinheiros, Paranavai a Maringá.

A grande obra de Paulo Pimentel, a rodovia do Vale do Piquiri, estava parada. E nós, que somos deputados daquela região, estamos de luto, abandonados; toda vez que enchia o rio Piquiri não dava acesso às balsas, porque não tínhamos uma ponte sequer, num raio de 70 quilômetros.

Queremos, neste aparte a V. Exa., trazer ao conhecimento desta Casa, que esperamos para o mês de abril o cumprimento da palavra do Secretário. Caso contrário, estaremos aqui para criticar tudo que achamos que está errado. Não temos outras reivindicações ao Governo do Estado, a não ser o legítimo interesse do próprio Governo a integração do Norte e Oeste. E isto só será feito se for iniciada esta estrada no Governo Paulo Pimentel. De nada adiantará a grande meta do Governador, ligando Cascavel ao Porto de Foz do Iguaçu, se aqueles que demandam de São Paulo, para visitar as Cataratas, têm necessidade de ir a Campo Mourão, a Ponta Grossa, toda vez que chegam no Vale do Piquiri. Nós pedimos aos ilustres deputados: Armando Queiroz de Moraes, Francisco Escorsin, atual presidente da Casa, Paulo Poli e Roberto Galvani que, junto conosco, ou isolados, façam aquilo que sempre fizemos,

que sempre reivindicamos para suas regiões, em defesa dos interesses dos municípios que representam. Que solicitem ao Secretário dos Transportes, ao Diretor do Departamento de Estradas, que olhem por esta zona, por esta região que está desligada pelo DER, porque nós também somos paraenses e brasileiros e necessitamos de travessia naquela estrada. Quero dizer, como homem do Governo que sou, que não posso mais ficar calado nesta Casa. Chega de esmolar e pedir que se construa o que se prometeu há quatro anos. Era o que tinha a dizer. (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — Ouvimos com interesse, com atenção e entusiasmo o aparte de V. Exa. Realmente, combativo como é o eminente Deputado, batalhador, lutador e cónscio de seus deveres de cidadão, não poderia ser outro o pronunciamento do eminente representante do povo naquela região. Nós que também lutamos com este objetivo, nos sentimos honrados em ter ao nosso lado, junto conosco, um Deputado como é V. Exa.

O sr. Roberto Galvani — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Assim é que logo a seguir eu irei fazer a leitura de um requerimento elaborado por nós e subscrito por diversos Deputados, com representação naquela região, fazendo alusão a este manifesto que acabamos de ler. Antes da leitura do requerimento, é com satisfação que ofereço o ilustre, eminente e combativo deputado Roberto Galvani o aparte que solicita.

O sr. Roberto Galvani — Nobre deputado Paulo Poli, é um prazer para nós apartarmos V. Exa. nesta oportunidade em que V. Exa. trata de um problema importante para o Vale do Piquiri, como é a ligação Cascavel — Campo Mourão. Parabenizamos nos igualmente com os membros do Lions Clube da região, que tomaram esta iniciativa, referendando aquela que já havíamos tomado anteriormente, quando em reunião realizada, como bem disse o deputado Paulo Poli, com S. Exa. o Governador do Estado e os Prefeitos do Vale do Piquiri. Naquela oportunidade, dissemos a S. Exa. o governador Paulo Pimentel que com a implantação básica e pavimentação da estrada Cascavel, Toledo, Pôrto Mendes, Guaira e o término da BR-86, ligando Umuarama, Iporã a Guaira, o Vale do Piquiri seria uma ilha cercada de asfalto por todos os lados. Nesta oportunidade fizemos uma observação de que na realidade, a estrada Cascavel — Campo Mourão não levaria, absolutamente, recursos do Paraná para fora de nossas fronteiras, bem ao contrário, traria do mercado produtor de São Paulo a matéria prima, já industrializada, para o Oeste e o Sudoeste do Paraná. Dissemos, naquela oportunidade, ao governador Paulo Pimentel, que não éramos nós que afirmávamos a necessidade da estrada Cascavel — Campo Mourão. Em 1966, quando criado o Grupo Executivo da Política dos Transportes do Paraná, que teve naquela ocasião como representante do Paraná o ex-Secretário de Viação Saul Ruiz, o Masterplan do GEIPOP definiu como prioridade "1", para estradas no Paraná, a ligação Cascavel — Campo Mourão. Apenas, fizemos uma observação, naquela oportunidade. Os técnicos da GEIPOP que analisaram a região, diziam em seu relatório — e hoje este relatório encontra-se nas mãos do Diretor Geral do DER, dr. Aldo Ferdinando Patrucci, traduzido em português — que a questão do tráfego Cascavel — Campo Mourão era óbice que fazia com que até esta oportunidade o Governo Federal não tivesse decidido quanto à execução da Estrada. A conclusão a que o Masterplan chegou foi a de que a interligação seria: Cascavel — Goio Erê, Campo Mourão, quando os técnicos acharam que a ligação deveria ser Cascavel-Corbélia-Campo Mourão.

Nesta semana o sr. Diretor do D.E.R. do Paraná enviou ao Rio de Janeiro um seu emissário para que estivesse em mãos um levantamento aerofotogramétrico da região, para eliminar as dúvidas que porventura existam quanto ao melhor traçado de interligação de Cascavel-Campo Mourão. Queremos nesta oportunidade dizer que, seja qual for o traçado que interligue os dois pontos, Cascavel a Campo Mourão, V. Exa. terá sempre na minha modesta pessoa um seu ardente batalhador, lutador independente da transposição do rio Piquiri, seja o Porto 2, seja Corbélia, seja Ubitatã, o mais importante para o Estado do Paraná é que o Governo Federal delegue de uma vez por todas os poderes para que o D.E.R. do Paraná faça a execução da estrada Cascavel-Campo Mourão.

O sr. Euad Nacli — V. Exa. permite um aparte, apenas para responder ao aparte do nobre deputado Roberto Galvani? (Assentimento).

Nobre Deputado, procurei ouvir com muita atenção o aparte do nobre deputado Roberto Galvani. Não concordei com o seu ponto de vista, porque, tendo como ponto de partida Campo Mourão a Cascavel, num traçado em "Z", segundo minhas informações, é em linha reta, por Ubitatã, Mamburê, Campo Mourão, e depois atravessa o Rio Corbélia e Cascavel. Nós, que fazemos a política na realidade, com os nossos amigos e com o coração, e não fazemos a política, não concordamos que essa estrada seja uma ilha, como conhecemos perfeitamente a região. Uma estrada direta que liga Campo Mourão a Maringá; outra, liga Campo Mourão a Cruzzeiro do Oeste, e é outra região completamente distante e diferente. Sabemos perfeitamente que não é possível uma ponte paralela a outra. Mas sabemos que não podemos ficar isolados numa ilha, como V. Exa. fez, numa reunião lá no Palácio.

Se fizerem estas estradas, Goio Erê, Cascavel, Umuarama, ficaremos fechados por estradas dos dois lados.

Comos pelo asfalto e pela ligação, Campo Mourão, Ubitatã, Corbélia, Mamburê, mas também queremos e reivindicamos uma estrada que ligue Paranavai a Cascavel, trazendo uma demanda aos grandes municípios, como Cianorte e outros daquela região, ligando Mariluz, da qual V. Exa. é representante, nesta Casa. Ainda hoje, uma Comissão de Prefeitos dessa região aqui se encontra, para conversar com o sr. Governador do Estado.

Sr. deputado Roberto Galvani, Sabemos perfeitamente que V. Exa. como engenheiro que é, terá que convir conosco que as duas estradas são de vital importância para os nossos municípios, não só para trazer a produção de São Paulo, como para levar a São Paulo e outros Estados, os nossos produtos. Sabemos perfeitamente que a estrada BR-369 é uma estrada que está sendo feita pelo Governo Federal. Mas, sabemos que o Governo do Estado tem sido privilegiado junto ao Governo Federal, e pode conseguir que a estrada possa ser feita pelo nosso Governo. É preciso deixar bem claro que a estrada que liga Cascavel a Paranavai será a redenção dos dois pontos históricos de nosso Estado. Quero deixar bem claro, e que conste na ata, para que amanhã não haja dúvida. E com referência à localização, bem sabem os nobres Deputados desta Casa que não depende de nós, mas do Departamento de Estrada de Rodagem.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao deputado Paulo Poli, que faltam somente três minutos para o término de sua oração.

O SR. PAULO POLI — Obrigado, sr. Presidente.

Eu iria entrar neste debate paralelo que surgiu à minha revelia, mas, segundo eu alertou o sr. Presidente, só me restam três minutos. Mesmo assim, gostaria de fixar aqui o meu ponto de vista, segundo a minha maneira de entender, no que tange a essa estrada, com relação às demais, também com justiça pleiteadas pelos eminentes representantes do povo, nesta Casa.

Sr. Presidente: Os Deputados, não conhecemos muito bem essa região e, portanto, achamos que deve ter prioridade, deve ter toda preferência por ser de justiça, por ser lógico, por ser natural a ligação asfáltica de Cascavel a Campo Mourão, pelo trecho que está sendo reivindicado pelos eminentes representantes do Lions Clube daquela região, porque como dizem, a "distância" entre os dois pontos é a linha reta", é a topografia mais favorável, não há ser — sem que vá nisso nenhum desprezo às demais regiões — que ali se localiza o coração do Paraná, pela sua fertilidade e pela colonização.

Sr. Presidente, já que me restam apenas dois minutos, quero apenas a leitura dos requerimentos que pretendemos encaminhar à Mesa, assinados, o primeiro pelo Deputado que lhes fala e pelos deputados Faud Nacli e Francisco Escorsini e que está-vasado nos seguintes termos: (le).

"Requerimento

Senhor Presidente:

"Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, requerem na forma do Regulamento Interno, que se oficie, após ouvir o Plenário, ao Excmo. Sr. Governador Paulo Pimentel, que determine a inclusão no plano quadri-annual a estrada que liga Campo Mourão, Cascavel passando por Mamboré, Ubatuba e Corbélia.

Requerem, outrossim, que se envie também ao Excmo. Sr. Secretário dos Transportes cópia do Manifesto do Lions Club Internacional referente ao mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(Ass) Paulo Poli, Faud Nacli e Francisco Escorsini.

E mais um requerimento, que diz o seguinte: (le):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, na forma regimental, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos votos de aplausos ao Excmo. Sr. governador Paulo Pimentel, pela nomeação do sr. cel. Júlio Werner, secretário de Segurança Pública.

O sr. Júlio Werner, militar ilustre, administrador dinâmico, tem se relevado tanto como militar, ou como político, elemento de grande gabarito tudo nos levando a crer que Sua Excelência fará, frente aquela Pasta, grande administração.

Esses são nossos votos.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1970.

(a) — PAULO POLI

Era só, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação de consignar a presença nesta Casa dos componentes dos Lions Clube das cidades de Campo Mourão, Corbélia, Cascavel e Ubatuba. Os ilustres visitantes se encontram nesta Capital com o objetivo de conseguir melhoria para a Rodovia BR-369 que serve às suas progressistas comunas. Cumprimentando os visitantes e endereçando-lhes votos de boas vindas, a Mesa da Assembleia deseja amplo sucesso à missão que entam e coloca os prestígio da Casa à sua inteira disposição.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso já distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 253/69, autorizando o Poder Executivo celebrar através da Secretaria de Transportes convênio com diversas Prefeituras Municipais e o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (G.E.T.S.O.P.), na implantação dos serviços da rodovia Francisco Beltrão, Ampère, Santa Isabel do Oeste, Realzela, Planalto e Capanema. — Em votação.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 253/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, através da Secretaria dos Transportes, convênio com as prefeituras de Francisco Beltrão, Ampère, Santa Isabel do Oeste, Realzela, Planalto e Capanema e o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (G.E.T.S.O.P.), para a realização dos serviços de implantação básica da rodovia Francisco Beltrão-Ampère, Santa Isabel do Oeste, Realzela, Planalto, Capanema.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de janeiro de 1970.

(Ass) IVO TOMAZONI — Presidente

Agnaldo Pereira Lima — Relator

Olívio Gabardo.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, te sómente para destacar a importância do Projeto de Lei em pauta e votação neste momento.

O Projeto de Lei n.º 253-69 tem uma significação muito grande para a região pioneira do Sudoeste paranaense. Porque se não bastasse a beleza e importância da estrada Três Pinheiros-Pato Branco, que já está com sua pavimentação quase concluída, faltava a verdadeira integração do Sudoeste paranaense no sentido de Francisco Beltrão a Capanema, ligando os municípios de Ampère, Realzela, Santa Isabel do Oeste, Planalto e Capanema. Esta autorização é de nossa autoria e visa correr para os cofres da Secretaria dos Transportes importância superior a 11 bilhões de cruzeiros velhos, em convênio com as Prefeituras Municipais e em um prazo de 10 anos, empenhando suas anuidades trimestrais à conta do Fundo Rodoviário Nacional, o que possibilitará a execução dos trabalhos dessa rodovia que, por si só, representará, praticamente, a emancipação econômica daquela progressista região.

Solicitaria, sr. Presidente neste encaminhamento de votação, para que o sr. certo que os srs. Deputados haverão de apoiar esta Rodovia, que a dispensa de publicação. Encaminharei um requerimento por escrito nesse sentido.

E desejo aduzir mais: pelo aos srs. Deputados que o pedido para sanção seja encaminhado no mais curto prazo possível para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Municipal tenha condições de liberar essa importância a conta da Secretaria dos Transportes.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 253-69, de autoria do dep. Luiz Cruz, criando em conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3-8-68, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no Município de Santo Inácio e das outras providências. — Sem Pareceres. Em Regime de Urgência. — Com Substitutivo Geral e Emenda de Plenário. — Sobre o projeto, há um requerimento de autoria do sr. deputado Camargo, do seguinte teor: (le):

"Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, o encaminhamento do Projeto de Lei n.º 253-69, às Comissões Técnicas, para exame.

Em 7 de abril de 1970

(a) Paulo Camargo

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento formulado pelo sr. deputado Paulo Camargo.

O SR. OLÍVIO GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, como o projeto envolve aumento de despesa pública e tendo em vista o que dispõe o Regulamento Interno da Casa — que projeto de tal natureza não pode ser votado sem parecer das Comissões Técnicas — de ofício V. Exa. deve remeter-lo às Comissões de Instruções Públicas, Constituição e Justiça e Finanças da Casa.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem). Sr. Presidente, quando fiz o requerimento pedi que o projeto fosse encaminhado às Comissões Técnicas, não só de Constituição e Justiça, como de Finanças e Instrução Pública que, também, deve falar sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Camargo. Encerra a discussão. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 259-69, de autoria do dep. Erondy Silveira, que declara em Estado de calamidade pública, o Município de Morretes e das outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 265-68, de autoria do dep. Olívio Belch, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Câmara Júnior da Cidade da Lapa. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n.º 776-63, de autoria do dep. Olívio Belch, que cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Balsa Nova, adicionando crédito do Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros antigos) para as despesas de instalação do mesmo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Nos termos do Substitutivo geral. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 776-63

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual na sede do Município de Balsa Nova.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento do Ginásio criado por esta Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1963.

a) Olívio Belch

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 776-63

Pretende o nobre deputado Olívio Belch, por este Projeto, a criação de um ginásio, na sede do Município de Balsa Nova, ao mesmo tempo em que autoriza a abertura de um crédito especial de NCr\$ 1 mil, destinado a atender as despesas com a instalação do referido estabelecimento educacional.

Na justificativa do Projeto, o seu ilustre autor informa que mais de cem crianças estavam matriculadas no grupo escolar, sendo que desse número cerca de trinta estavam já cursando a quarta série primária, portanto, em condições de ingresso no ginásio. Este, no entanto, por estar situado em outro Município, o mais próximo, torna-se proibitivo para a maioria dos alunos. Tudo isto acontecia no ano de 1963, época da apresentação do Projeto, provavelmente, a situação hoje deve ter se agravado o que torna urgente a solução.

Por esse motivo, sou favorável à medida, nos termos do anexo substitutivo, de sentido atualizador.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1969

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 776-63

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual na sede do Município de Balsa Nova, para funcionar a partir do ano letivo de 1970.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) para atender as despesas com a instalação e funcionamento do Ginásio criado no art. 1.º.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

aa) Emílio Carrazzi — Presidente, Ivo Tomazoni — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 776-63

1 — Objetiva o nobre deputado Olívio Belch, com a apresentação do presente plano de lei, criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Balsa Nova, para funcionar a partir do ano letivo de 1970, e autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, um crédito especial de NCr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento do estabelecimento de ensino pretendido.

2 — O Projeto ao passar pelo crivo da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu um substitutivo geral, de caráter atualizador, o qual adotamos integralmente.

3 — Quanto ao mérito, as informações prestadas pelo Autor em sua justificativa, convence-nos plenamente.

4 — Em tais condições, somos pela Aprovação da proposição em si.

é o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1969.

aa) David Federmann — Presidente, Olivir Gabardo — Relator
COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n. 776-63

O objeto do presente plano de Lei é a criação de um Ginásio Estadual, na cidade de Balsa Nova, para tanto solicita abertura de crédito através da Secretaria de Educação e Cultura, no valor de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), a fim de ocorrer com as despesas com a execução desta Lei.

Do ponto de vista financeiro matéria de nossa competência para opinar, não deparamos com qualquer impedimento, visto tratar-se de matéria autorizatória.

Nosso parecer portanto, é pela sua aprovação nos termos do Substituto Geral do nobre deputado Ivo Tomazoni, aprovado pela C.C.J.

Parecer favorável da S.M.J.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente, Eurico Rosas — Relator, Roberto Galvani, Seme Scalf

Discussão Única — da Proposição n. 59-68, Telegrama do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicitando apoio desta Casa, sentido dirigir-se representantes Paranaenses Congresso Nacional, oportunidade em que serão examinados Projetos Leis promovendo redução incentivos fiscais favor turismo, pesca e reflorestamento, sejam mantidos valores iniciais. — Parecer da C.C.J. pelo Arquivamento. — Aprovado o parecer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer a Proposição n. 59-68

1 — A presente proposição contém telegrama da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicitando que seja dirigido expediente aos membros da bancada paranaense no Congresso Nacional pedindo apoio ao movimento de manutenção dos valores iniciais nos projetos de lei que promovem redução dos incentivos fiscais a favor do turismo, pesca e reflorestamento.

2 — Acontece que a matéria já está superada, face ao decurso do tempo.

3 — Assim, s.m.j. optamos pelo Arquivamento da mesma.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1969

aa) Emílio Carrazzi — Presidente, Abraão Miguel — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Dário Macedo Filho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de regozio pela investidura nas funções de Diretor de Redação do "Jornal de Curitiba", do brilhante jornalista Osmann de Oliveira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Dia Mundial da Saúde". — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao exmo. sr. Governador Paulo Pimentel, pela nomeação do sr. cel. Julio Werner, para Secretário de Segurança Pública. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao sr. governador Paulo Pimentel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, ex-Secretário da Educação e Cultura. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 8 e 17-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Olivir Gabardo, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão.

O SR. EURICO ROSAS — (Pela ordem) Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para amanhã a discussão do requerimento de autoria do sr. deputado Olivir Gabardo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, com a sua discussão adiada para a sessão de hoje, solicitando seja oficiado ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, já com a sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor ao ilustre paranaense dr. João Ribeiro Júnior, pela sua eleição como Diretor do IBC.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhamento de votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Senão bastasse a amizade pessoal que temos com o dr. João Ribeiro Júnior, senão bastasse ser ele um homem do Paraná, bastaria a sua folha de serviços prestados a causa pública, e é neste sentido de se fazer justiça a um homem, que ora apresentamos esse requerimento de congratulações. Conhecemos, ele conviveu nesta Casa como representante do povo do Paraná e mais tarde representou este Estado no Congresso Nacional, onde por muitos anos empregou o seu entusiasmo e a sua mocidade, em favor do nosso Estado.

Cafecultor de genome em todo o nosso Estado, grande batalhador pela nossa cafeicultura, é agora alocado ao alto posto de Diretor do Instituto Brasileiro do Café. Pela confiança do exmo. sr. Presidente da República, nós os paranaenses, nós os seus amigos, queremos nesta oportunidade, através deste requerimento de congratulações, fazer chegar àquele homem público,

a nossa satisfação, a nossa alegria, em vê-lo naquele alto posto de um dos órgãos de grande importância como é a cafeicultura paranaense e brasileira. Porque ninguém desconhece a importância que representa o café na economia do Paraná e do Brasil.

Sabemos que João Ribeiro Júnior, pelo seu entusiasmo, pelo seu interesse à causa pública e principalmente ao seu Estado, o Paraná, há de corresponder com a confiança de S. Exa. o sr. Presidente da República, há de corresponder com a expectativa do povo paranaense fazendo, daquela Diretoria, a defesa do Paraná e do Brasil, com melhores dias para a cafeicultura brasileira, a fim de que o Brasil, que tem neste produto uma das riquezas mestradas da sua economia, cresça cada vez mais, perante as demais nações produtoras de café.

O sr. Olivir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejo, em nome da liderança do meu partido, associar-me às expressões de V. Exa. solidarizando-me com as suas palavras, dizer que também é o nosso pensamento, a nossa esperança de homens do Paraná, e principalmente do Norte do Estado, que confiamos no futuro da cafeicultura que tem sido o sustentáculo, não apenas do Paraná mas desta Nação, que o ilustre homem público que é o João Ribeiro Júnior que tem uma folha de serviços notáveis prestados ao nosso Estado e ao Brasil, possa trazer tudo aquilo que a cafeicultura e o povo paranaense esperam.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado João Mansur, em nome da liderança do Governo, na Casa, também queremos dar nosso apoio ao requerimento de V. Exa., no instante em que esta Assembleia congratula-se com o sr. Presidente do IBC pela feliz escolha do nosso antigo companheiro de lutas partidárias, do nosso glorioso PSD, no instante em que é escolhido para um importante cargo naquela autarquia cafeira.

O Paraná todo deve sentir-se jubiloso porque no largo tirocinio, na experiência, no acendrado amor à causa pública, tantas vezes demonstrados por João Ribeiro Júnior, não só como parlamentar brilhante desta Casa mas pelos diversos pontos da pública administração do Estado, ele emprestou todo o brilho da sua inteligência. Por toda esta experiência, nós temos certeza que resultará apenas benefícios para a cafeicultura brasileira. Já não falamos do Paraná que tem legítimo orgulho daquele seu filho. Mas falamos da Pátria brasileira que apenas terá com a experiência de João Ribeiro Júnior, lucros, na meta café.

Portanto, o requerimento de V. Exa. é oportuno e faz justiça a um grande filho do Paraná, hoje conduzido a uma importante posição naquela autarquia cafeira que é o IBC.

Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço os apertes que muito me honraram do Líder do Movimento Democrático Brasileiro, deputado Olivir Gabardo e do Líder da Arena nesta Casa, deputado Erondy Silvério.

E aí então aumenta ainda mais a minha satisfação porque vejo que a escolha feita pela Presidência da República veio satisfazer, veio encher de alegria e de esperança o Paraná inteiro, através dos seus representantes nesta Casa. As lideranças do Governo e da oposição manifestaram-se favoráveis a este nosso voto de congratulações na certeza de que João Ribeiro Júnior há de corresponder com as expectativas e com a confiança dos seus amigos e do povo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sílvio Barros, constante do Expediente, solicitando encaminhamento para o Projeto de Lei n. 266-69 — Prejudicado pela aprovação do requerimento do sr. deputado Paulo Camargo.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Roberto Galvani, Paulo Poli, Armando Queiroz, Euclides Nadi, Francisco Escorsin e Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma comissão para, junto ao sr. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, tratarem a interligação Cascavel-Campo Mourão e Cascavel-Paranaíba. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência designa os Deputados substitutores da proposição para comporem a Comissão.

Requerimento formulado pelo deputado João Mansur, cuja discussão foi encerrada na sessão de ontem. Em votação. — Rejeitado o requerimento.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de verificar o quórum de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que antes de proceder a verificação de quórum, mandasse fazer a chamada nominal para verificação de "quórum", fazendo soar os timpanos, de acordo com o Regimento da Casa.

(F. feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Não há número para a votação. Fica adiada para a sessão de amanhã a votação do requerimento do deputado João Mansur.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de V. Exa. que nos informasse se da relação de presença consta como presente o deputado Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE — Desejo informar ao deputado Olivir Gabardo que o nome do deputado Alencar Furtado não consta da relação de presença.

O SR. OLIVIR GABARDO — Fiz esta pergunta porque observei na lista de presenças o nome do deputado Alencar Furtado que, como é sabido, se encontra em licença.

O SR. PRESIDENTE — Não consta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 8, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 447-68;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 360-68;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 776-63;

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 139-69, e de Resolução n. 26-69.

Levanta-se a Sessão